

NOTAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA LOCAL: PERGUNTAS GERANDO PERGUNTAS

*Maisa Maria Vale**

Resumo

Este texto analisa a trajetória da dançarina de pagode Leo Kret do Brasil eleita Vereadora da cidade de Salvador – Bahia, em razão de sua identidade de gênero, pontuando as transformações históricas vividas pela teoria feminista, especificamente as que dizem respeito à “categoria mulheres”. Um histórico da realidade participação política das mulheres no âmbito local, admitindo a existência de outras formas de opressão, que não somente o sexismo. Pensar os feminismos sob esta ótica, permite a existência da diferença e a coalizão para enfrentamentos mais amplos, para que as transgressões femininas possam ganhar destaque, a ponto de melhor situar as discussões sobre relações de gênero em contextos locais e históricos e agregar as experiências das mulheres em sua diversidade.

Palavras-chave: categoria mulheres, identidades, feminismos.

Resume

This text analyze the trajectory of the dancer of “pagode” Leo Kret do Brasil, elected councilwoman of the city of Salvador – Bahia, by the reason of her gender identity, considering the historic changes known by the feminist theories, specifically which talk about the “women category”. An overview about the historic process of the participation of the women on local political movements, accepting the existence of others ways of oppression, not only the sexism. To think about the feminist movement by this view, allow the existence of the difference and the coalition to opener discursions in favor of female struggle could get significance until have a better position on the discussions about the gender relation in the local and historic context and to put together the experiences of the women on their diversity.

Key-words: women category, identity, feminisms.

Apresentação

□ Mestranda do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo – Universidade Federal da Bahia (PPG/NEIM - UFBA). E-mail: maisavale@hotmail.com. Orientadora: Ana Alice Alcântara Costa.

Ao me debruçar na elaboração do meu projeto de pesquisa para o mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - NEIM/UFBA estava convicta quanto ao sujeito a ser estudado: mulheres que ocupam espaços do poder local. Após aprovação no processo seletivo, logo nos primeiros dias de aula, as professoras nos estimulavam a apresentar de forma sucinta o objetivo da nossa pesquisa, o que foi bastante proveitoso, ao menos porque surgia dessas iniciativas um maior envolvimento da turma. No meu pronunciamento, explicava sempre que em virtude do poder legislativo se configurar em um espaço privilegiado, de exercício da política formal, tradicionalmente ocupado por homens, havia optado por analisar as experiências dessas mulheres que subverteram a norma patriarcal que determina o que é normal e que não é, as regras de conduta dos sujeitos, os papéis das esferas pública ou privada e se elegeram para a Câmara de Vereadores de Salvador, nas eleições de 2008.

Ocorre que, para minha surpresa, ao expor o meu objeto de pesquisa, a reação das/os estudantes foi quase que unânime ao questionar se a vereadora Leo Kret estaria, ou não, inserida no escopo desta pesquisa. Esta indagação se tornou recorrente, principalmente por não se estabelecer um consenso nesses debates quanto a diversos aspectos, dentre eles, a sexualidade deste sujeito que, publicamente, se diz mulher. Indagavam sempre se este corresponde realmente a uma vereadora ou a um vereador. Algumas colegas arriscavam defendendo a posição de que se trata realmente de uma mulher, afinal, quando questionada sobre sua sexualidade, a vereadora sempre afirmava: “a minha identidade feminina é diária. Eu durmo e acordo uma mulher”.

Enquanto isso, outras colegas argumentavam que não, Leo Kret é, de fato, um homossexual transgênero¹, que goza dos privilégios reservados por uma sociedade androcêntrica aos portadores de falo, logo, não há razão para trazê-lo para uma análise como esta. Já a pesquisadora, esta sim, saía afoita destas discussões, pois sabia, de antemão, que a polêmica não se restringia apenas a trazer da margem esta figura tão emblemática, mas sim, todo um arcabouço teórico que tal problematização iria requerer.

As problemáticas que trago para análise neste artigo aponta para algumas questões referentes ao quadro esboçado, tendo em vista sugerir algumas reflexões, para além dos espaços especificamente feministas que, em minha opinião, se insere em dois contextos: um, mais amplo, centrado em reflexões teóricas e transformações históricas vividas pela teoria feminista, especificamente as que dizem respeito à “categoria mulheres”, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas que constitui o mesmo sujeito, em

¹ Num primeiro momento podemos até pensar as identidades de gênero como masculinos ou femininos. Mas, nesse caso, esta divisão se torna cada vez mais artificial. Afinal, para que ela faça sentido é preciso que a gente tenha um perfil de masculinidade e de feminilidade claramente estabelecidos. Apesar de estes estereótipos existirem, eles são a cada dia, mais e mais questionados. Esta divisão estanque entre masculino e feminino vai sendo relativizada e vão se criando identidades de gênero que não se encaixam exatamente em nenhum extremo.

nome de quem a representação política é almejada (BUTLER, 2003); e outro, mais específico pontuado por questionamentos que emergiram juntamente com a eleição da dançarina de pagode, Leo Kret do Brasil, como a quarta vereadora mais votada da cidade de Salvador, entre os 41 candidatos – homens e mulheres, para o período de 2009 – 2012.

Para pensar na trajetória da vereadora Leo Kret do Brasil e sua importância para o pensamento feminista parto do referencial teórico metodológico das teorias feministas, mais especificamente, amparo-me em Patrícia Collins (1991). Sua abordagem teórica não diz respeito somente às experiências das mulheres afro-americanas, pode ser pensada para diferentes situações de lutas das mulheres, sendo que os contextos locais e históricos podem ocasionar outras situações, outros temas centrais, exigindo novas respostas aos desafios colocados. Nesta perspectiva, o feminismo adquire uma enorme importância, pois permite questionar a organização sexual, social, política, econômica e cultural de um mundo profundamente hierárquico, masculino, heterossexual, branco e, portanto, excludente. Penso que uma análise seguindo esta perspectiva permite uma maior aproximação do cerne do problema, ou seja, dos fatores que impedem a sua emancipação.

Aqui entendido como sugeri a historiadora Margareth Rago:

“não como um marco temporal que indicaria um tempo depois, implicando um momento pré e um pós, mas a partir da instauração de novas configurações nas problematizações e nas relações que se travam no interior desse movimento, quando um determinado patamar de reconhecimento social das questões femininas foi atingido. (RAGO, 1998)

A problemática abordada neste artigo é parte integrante das reflexões que venho desenvolvendo em um estudo mais amplo que envolve as experiências das mulheres negras candidatas/eleitas para a Câmara de Vereadores de Salvador, para cumprir mandato no período 2009 a 2012, seguindo uma abordagem qualitativa e quantitativa. Dentre as opções metodológicas de pesquisa social utilizo-me da análise de fragmentos de histórias de vida destas mulheres, dentre elas, a vereadora Leo Kret do Brasil, em razão de suas identidades sexual, étnica, racial, além das suas memórias², escolhas e embates. A memória esta atenta aos detalhes, à subjetividade e às emoções e que pouco tem sido aceita pela historiografia permeada pelo machismo e autoritarismo. (ZIMMERMANN e MEDEIROS, 2004).

Neste sentido a socióloga e pesquisadora Elizabeth Jelin, citando (Gugelberger, 1996a), sustenta:

As vozes das mulheres contam histórias diferentes das dos homens, e desta maneira se introduz uma pluralidade de pontos de vista. Esta perspectiva também implica o

² Margareth Rago (1998), Michelle Perrot (1989), Marina Maluf (1995) entre tantas outras teóricas do feminino apontam para as diferenças com relação à memória do feminino. Já nos anos 80 Perrot levantava polêmicas questões: existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, radicalmente diferente da masculina? E, ainda, existiria uma memória especificamente feminina?

reconhecimento e legitimação de “outras” experiências além das dominantes (em primeiro lugar masculina e a partir de lugares de poder). Entram em circulação narrativa diversas: as centradas na militância política, no sofrimento da repressão ou as baseadas em sentimentos e em subjetividades. São os “outros” lados da história e da memória, o não dito que se começa a contar. (JELIN, 2002, tradução minha)

Trata-se de um estudo que resulta tanto de entrevistas, como da coleta e do cruzamento de dados levantados em periódicos diversos, inclusive Diário Oficial do Estado da Bahia, sites, blogs e informações originadas de pesquisas feitas anteriormente por outros autores - teses e dissertações que abordam este tema.

Para discorrer sobre o debate que emergiu em torno da presença da vereadora Leo Kret do Brasil na Câmara de Salvador (2009 – 2012), expondo as contradições que alimentam o feminismo “genérico”, utilizo como fonte de estudo fragmentos da trajetória de vida e memórias, desta figura emblemática, bastante elucidativa das lutas pelo direito ao corpo, assumir suas identidades e, em especial, sua sexualidade. Alecsandro de Souza Santos (Leo Kret) – PR, que admiti publicamente sua identidade de gênero feminina, posição esta que lhe adjudica múltiplas opressões, constrangimentos e exclusões, resultantes de diferentes diferenças que acumula - gênero, racial, classe, etc., associando-me nesta experiência ao pensamento de Kimberlé Crenshaw sobre a ação direta de desempoderamento dos sujeitos quando afirma que:

“[...] a materialização das relações de poder em que o racismo, o patriarcalismo, o sexismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios através do uso de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais articulados na sociedade, constituem-se em aspectos dinâmicos de desempoderamento, criando desigualdades básicas, que estruturam as posições relativas de mulheres.” (CRENSHAW, 2002)

Neste sentido, realizar uma análise histórica tomando por premissa, sua identidade e diversidade, identificando os fatores que propiciaram sua ação política em distintos espaços e momentos históricos; as possibilidades de auto-reconhecimento, assim como sua associação a algum grupo étnico-racial, gênero, religioso, dentre outros, os quais propiciaram, ou não, sua inserção e atuação como vereadora da Câmara Municipal de Salvador, permitindo uma melhor compreensão dos impactos desta movimentação ao desvendar esta trajetória.

O sujeito do feminismo como um problema

A noção do sujeito social como universal, livre, autônomo e racional sempre esteve presente nas ciências sociais e política. Há um esforço destas ciências de estabelecer de antemão que qualquer teoria da política requer um sujeito, sem o qual se entende que a política é impensável. Necessita desde o início presumir seu sujeito, da referencialidade da linguagem, que confirmará a autoridade do sujeito falante. Esta preocupação se associa a ação política na

sociedade e a definição do objeto de estudo da pesquisa. Quanto a isso a filósofa norte-americana Judith Butler no artigo “O Feminismo e a questão do pós-modernismo” (1998) nos revela importantes questionamentos: Será que precisamos pressupor teoricamente desde o início um sujeito com capacidade de agir antes que possamos articular os termos de uma tarefa significativa de transformação, social e política, de resistência, de democratização radical? Se não oferecemos de antemão a garantia teórica daquele agente, estamos condenados a desistir da transformação e da prática política significativas? Para Margareth Rago:

“É difícil falar de uma epistemologia feminista, sem tocar na discussão sobre os perigos da reafirmação do sujeito “mulher” e de todas as cargas constitutivas dessa identidade no imaginário social. Afinal, [...] É na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contradiscurso feminista e que se constitui um campo feminista do conhecimento. É a partir de uma luta política que nasce uma linguagem feminista. (RAGO, 1998)

O movimento de mulheres do Brasil destaca-se pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo inovações importantes, a exemplo da criação de órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de gênero e combate à discriminação, a luta contra a violência doméstica e sexual que estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado, tornando-se objeto de políticas específicas. “Porém, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica” (CARNEIRO, 2003).

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão, que não somente o sexismo vem exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres – negras, lésbicas, transexuais, de periferia, etc. - sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil. A luta das mulheres para terem autonomia sobre os seus próprios corpos, pelo exercício prazeroso da sexualidade, resultou na conquista de novos direitos, não apenas para as mulheres, mas para toda a humanidade.

Para Butler (1998) isso é especialmente importante para as preocupações feministas na medida em que as bases da política - “universalidade”, “igualdade”, “o sujeito dos direitos” - foram construídas mediante inúmeras exclusões de gênero, raciais, dentre outras, por uma fusão da política com a vida pública que torna o privado um espaço de reprodução, domínios da

“feminilidade”, do pré-político. Com esta nova percepção diríamos que as identidades humanas passam a ter outra conotação sendo entendidas como “não-fixas” e passíveis de re-significações constantes. Nesta perspectiva torna-se possível evidenciar o caráter construído das identidades, assim como a dimensão social e política do corpo, da sexualidade e do sexo. Butler analisa estas categorias como lugares de poder.

Simone de Beauvoir (1949), em seu livro “O segundo sexo”, foi uma das precursoras na crítica a noção do sujeito social, desafiando o seu caráter universal e argumentado que no mundo social existem aqueles que ocupam a posição não específica, sem marcações (sexual, racial, classe, religiosa), 'universal', e aqueles que são definidos, reduzidos, marcados e excluídos por sua “diferença”, sempre aprisionados em suas especificidades, designando o outro. Conceber a existência deste sujeito universal é atribuir-lhe homogeneidade, ou, em outras palavras, unidade.

A crise deste sujeito moderno, crucial para a política e suas práticas políticas, um dos pilares da modernidade, quando desafiado o seu caráter universal, desaba na chamada pós-modernidade. Estes questionamentos, me fez adentrar pelas trilhas das perspectivas dos estudos pós-modernistas e pós-estruturalistas, desconstruindo e reinventando o próprio modo de conceber as experiências trazidas para o contexto desta análise e pautá-las dentro de outra configuração e tratamento na pesquisa. Não é possível diante de tantas nuances invisibilizar, ou mesmo, ignorar o mal estar que a sua presença provoca a determinadas pessoas que adentram a Câmara de Vereadores.

Autoras pós-estruturalistas como Monique Wittig (1980), Joan Scott (1986), Chantal Mouffe (1993), Judith Butler (1998), Teresa de Lauretis (1994), entre outras, têm se proposto a enfrentar problemas teórico-metodológicos com o universalismo, o essencialismo e o binarismo, que constroem hierarquias e subordinações. Esses questionamentos têm impactado diretamente na existência da categoria “mulher” como sujeito do feminismo, com fortes alusões a cerca da noção de sujeito e de identidade, provocando impactos na prática política feminista.

As divergências sobre essa problemática abrangem diversos aspectos. Um deles refere-se aos limites dessa categoria, formulada com base na idéia inicial do sujeito social como universal, livre, autônomo e racional que sempre esteve presente nas ciências sociais e política. Para Butler (1998), desconstruir o sujeito do feminismo não é censurar sua utilização, mas, ao contrário, é liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem emergir.

Recorrendo a trajetória deste sujeito, portanto, significa buscar estabelecer um debate paralelo em torno de suas experiências concretas de resistências ao processo de exclusão da

sociedade, suas estratégias, improvisos e mediações sociais. Este debate recai, por conseguinte, sobre as suas experiências e ação política frente à sociedade, pois o documentar das configurações específicas e das diferenças resgata sujeitos tidos como subalternos cuja luta pessoal por um modo de vida contrário aqueles pré-estabelecidos pela divisão sexual, serve de inspiração para a construção de alternativas que quebrem este ciclo vicioso. Ao longo dessa trajetória uma coisa fica evidente: o desafio de se buscar, mais e mais, referenciais teóricos elucidativos da vasta complexidade, matizes e a diversidade que norteiam o campo que envolve este sujeito.

Breve relato histórico

De modo geral, observa-se que a historiografia oficial brasileira pouco vislumbrou as dimensões políticas das experiências vividas por aqueles agrupamentos considerados subalternos. A forma de selecionar os acontecimentos como históricos, ou não, dentre outros aspectos, foram decisivos para a invisibilidade das mulheres, por exemplo, como sujeitos na historiografia, sendo que nas poucas ocasiões em que estas aparecem é através de imagens que reafirmam os papéis sociais definidos a partir das assimetrias de gênero, percebidas e classificadas por meio de símbolos das culturas.

Conforme se percebe na vida cotidiana, embora a participação política das mulheres, como sujeitos de transformação social tenha sido marcante, esta participação somente foi introduzida, ainda que timidamente, na produção historiográfica brasileira, a partir das ciências sociais, em fins dos anos oitenta. Este fato nos leva a constatar que nem sequer a História da Vida Privada privilegiou a vida feminina e as experiências das mulheres como um espaço de análise histórica.

A invisibilidade das mulheres nas análises sobre a participação da mulher nos espaços de poder corrobora com o silenciamento sobre a experiência das mulheres na produção do conhecimento de maneira geral, e da produção historiográfica, em particular. Segundo Scott:

“La historia del desarrollo humano de la sociedad humana ha sido narrada casi siempre por hombres, y la identificación de los hombres con la ‘humanidad’ ha dado por resultado, casi siempre, la desaparición de las mujeres de los registros do pasado.”
(SCOTT, 1992)

Sabemos que existe um déficit democrático de gênero no Brasil que vem de longe, ou seja, de 1500 a 1932 as mulheres brasileiras estiveram fora da política institucional. Nosso país encontra-se entre os países com menor representação de mulheres na política. É sabido também que a luta das mulheres pelo direito de votar e ser votada teve início 1910 com a criação do

Partido Republicano Feminino, no Rio de Janeiro. Porém o direito ao voto somente foi promulgado vinte e dois anos após, em 24 de fevereiro 1932, por meio de decreto-lei do governo Getúlio Vargas. Entretanto, sua efetivação só foi concretizada a partir da Constituição de 1934, com a instituição do voto feminino e do voto secreto obrigatório.

A despeito da conquista deste direito de cidadania, esse quadro permanece quase que inalterado, exigindo cada vez mais um grau de reflexão detalhada que permita a apreensão de desigualdades, não apenas entre homens e mulheres, senão de mulheres e mulheres que se revelam como componentes centrais de acesso ao poder. Esta noção da “categoria mulheres”, contestada inicialmente pelos escritos das mulheres negras norte-americanas, lésbicas e feministas radicais, chamou a atenção para as graves contradições presentes nas teorias e práticas feministas, reforçadas pelos estereótipos, que hierarquiza as relações entre seres humanos com uma forte assimetria de gênero, o que determina a construção dos papéis sexuais, impondo para cada sexo uma norma de conduta pré-estabelecida para cada sujeito (WITTING, 1980; hooks, 2010).

A desigualdade sofrida pelas mulheres em relação ao acesso ao poder político formal foi enfrentada por diversas campanhas das quais resultaram na aprovação da Lei de cotas nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, visando promover a participação política das mulheres e a redistribuição das oportunidades de acesso aos espaços de representação política, por gênero. A regulamentação de cotas para reserva de no mínimo 30 e no máximo de 70% das vagas de candidaturas para cada sexo, nas eleições proporcionais ocasionaram mais inclusão da mulher nos espaços de poder e deram mais visibilidade às disparidades existentes no âmbito político, entre homens e mulheres.

É importante destacar esta realidade presente no contexto histórico brasileiro, relativamente às questões que têm a ver com a democracia e com os fatores de ordem social e política, porque estas podem explicar algumas singularidades encontradas no sistema político brasileiro que contribuíram e ainda contribuem para agravar ao longo da história o quadro de exclusão das mulheres do cenário político local e nacional. Dentre estes fatores parece útil recordar, muito brevemente, quatro aspectos históricos que configuram esta realidade e trazem repercussões até os dias de hoje.

O primeiro aspecto é que por quase três séculos o Brasil viveu sob o sistema colonial assentados nas estratégias de dominação, num quadro de proteção às estruturas tradicionais através de papéis e funções sociais bastante definidos. A organização familiar representou, ao longo de todo este período, a base de sustentação, que favorecia os interesses dos governadores e das pastorais diocesanas. As relações gênero serviram nesse momento para a construção de

estereótipos que se firmou sobre o papel da subordinação presentes no cotidiano colonial. Mais tarde, este modelo de representação da mulher se esteve na história determinando uma maneira de ser mulher brasileira.

Um segundo aspecto é quando, no final do século XIX e início do século XX, a história brasileira vive um período de transformação do país em uma nação civilizada, culta e moderna. A imagem construída para a mulher destacava a sua fragilidade física da qual decorriam a sua delicadeza e debilidade moral, modelo este que encontrava raízes filosóficas no iluminismo. É a jovem república brasileira representada por uma elite burguesa na tentativa de integrar o proletariado e sua família ao universo dos valores burgueses. Criou-se, então, um modelo imaginário de mulher voltada para intimidade do lar e um cuidado especial com o marido e a infância. As representações de inferioridade feminina se mostram repetidas, demonstradas e reproduzidas incorporando-se a cultura nas formas de linguagens, fixando-se no pensamento e idéias de homens e mulheres.

Terceiro, em 1964, o país é tomado por uma ditadura militar que permanece por onze anos. Neste momento ocorre a supressão de direitos constitucionais a todos e a todas com a repressão aos que se colocavam contra este regime. Segundo Ana Maria Colling, “A história do regime militar brasileiro, como em todos os projetos autoritários, a construção de sujeitos ocorre de forma unitária e não diversificada”. As diversidades são entendidas, portanto, como divisionistas da luta principal. A partir desses dois discursos se anulam as diferenças desconsiderando no processo a presença feminina. Nem mesmo a família se mostrava satisfeita com opção feita pela filhas de trilhar a luta pela redemocratização do país. Preferiam que estas se voltassem para o casamento que o lugar destinado as mulheres na sociedade.

O quarto aspecto é que a partir dos anos 80 o país começa a sair lentamente da ditadura militar e dá início ao seu processo de redemocratização. Neste período, embora a economia estivesse se expandindo com a industrialização e urbanização crescente, os salários eram cada vez menores e o custo de vida assustava cada vez mais a classe operária. Diante destes conflitos surgem os movimentos sociais como forma de ação coletiva baseada na solidariedade que viam novas formas de opressão que atingiam grupos sociais para além da luta de classe sociedade. É nesse cenário que emerge o movimento de mulheres contra o custo de vida, por creche e timidamente pela reabertura política. Esse movimento trouxe uma nova versão da mulher brasileira. Aquela que vai às ruas em defesa de seus direitos e que se mobiliza para denunciar as desigualdades que lhe tocam.

A despeito da conquista deste direito de cidadania, observa-se que, poucas foram as que venceram as resistências impostas pelo modelo liberal e se candidataram para assumir os cargos

legislativos da cidade de Salvador. A relação candidatos-eleitos é muito superior à candidatas-eleitas. Enquanto de um total de 670 candidatos 35 homens foram eleitos, das mulheres foram apenas 7 de um total de 156 candidatas. O problema da sub-representação de alguns segmentos da sociedade nos espaços de poder coloca-se como uma questão de princípio para a própria democracia, cuja legitimidade depende da representação da pluralidade dos diversos segmentos presentes na sociedade, além de que, sendo a presença de mulheres em número extremamente reduzido, a incorporação das ações políticas destes sujeitos à História oficial não tem sido suficientemente atrativa aos olhos dos/as pesquisadores/as.

Neste sentido recorro às reflexões de Rago que contrariando posições e tentando aproximar-se da questão, sustenta:

“Na historiografia feminista, vale notar, a teoria segue a experiência: esta não é buscada para comprovar aquela, aprioristicamente proposta. Opera-se uma deshierarquização dos acontecimentos: todos se tornam passíveis de serem historicizados, e não apenas as ações de determinados sujeitos sociais, sexuais e étnicos das elites econômicas e políticas, ou de outros setores sociais, como o proletariado-masculino branco, tido como sujeito privilegiado por longo tempo, na produção acadêmica.” (RAGO, 1998)

Nas últimas décadas muitos trabalhos têm sido produzidos dando ênfase à presença das mulheres em diversos acontecimentos históricos, todavia poucos são os que fazem referência direta ou indireta a sua participação na política; normalmente as referências se restringem aos comentários estatísticos e poucas são as que contemplam as mulheres em sua diversidade.

A escolha da trajetória de Leo Kret do Brasil tendo como foco principal de análise as reflexões teóricas acerca da categoria mulheres e transformações vividas pela teoria feminista deve-se ao fato de que apesar do emergente crescimento da participação das mulheres nas campanhas eleitorais, “a temática da participação política da mulher é também a área menos desenvolvida nos estudos feministas. Enquanto existem avanços significativos nos estudos sobre as mulheres na produção social, nas questões de saúde, sexualidade, violência, artes e literatura e mesmo na direção da construção de uma teoria feminista, a problemática da participação política da mulher tem ficado relegada a um segundo plano, apresentando-se ainda fragmentada e pouco esclarecedora.” (Costa, 1998:74).

Só para se ter uma idéia, a Câmara Municipal de Salvador, espaço onde Leo Kret atua como vereadora, é a primeira do país. Foi fundada em 1549, juntamente com esta cidade e considerada por muito tempo uma das mais importantes câmaras do Império Colonial Português nas Américas. Entretanto, passados tantos anos o quadro histórico de exclusão permanece quase que inalterado desde que fundada exigindo cada vez mais um grau de reflexão detalhada que permita a apreender as diferenças existentes, as quais se apresentam também como componentes centrais de desigualdades de acesso das mulheres ao poder. Podendo acrescentar que apesar do

déficit democrático de gênero, a Câmara de Vereadores de Salvador encontra-se entre as nove cidades brasileiras que elege o maior número absoluto de vereadoras.

Atualmente constituída por 41 vereadores eleitos por voto direto, estes representantes do povo são o espectro político-partidário do país, responsáveis pela fiscalização e controle dos Atos do Executivo e Legislativo municipal e por funções legislativas – elaboração de projetos de lei - que, depois de votados no plenário, transformam-se em Leis que serão aplicadas a todos/as os/as cidadãos/ãs no âmbito do município. Neste contexto é que se localiza a importância da prática e ação sócio-política desta vereadora, na mediação entre o exercício da prática legislativa e a conscientização e organização do segmento ao qual se identifica.

Isso porque, como bem se refere Raquel Soihet (2007) por reflexo do pensamento iluminista, se acreditou por muito tempo que ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo igualmente contempladas. O que não correspondia à realidade, tal se devia à modalidade de história que se praticava herdeira do Iluminismo.

Pensamento generificado, comportamento corporificado

Ao longo da existência desta Câmara Legislativa, a presença de mulheres tem se dado em número extremamente reduzido – atualmente destas 41 cadeiras apenas 7 são ocupadas por mulheres - de modo que, até então, não tem sido suficientemente atrativa aos olhos dos pesquisadores a incorporação das experiências políticas destes sujeitos à História oficial. Um olhar mais atento sobre a Câmara aponta para a evolução do déficit democrático de gênero, no tocante à presença da mulher, déficit este que se acentua quando adotamos como parâmetro o viés da heteronormatividade.

Tomar para análise a história dos sujeitos que atuam na Câmara de Vereadores a partir destas novas abordagens, o gênero se apresenta como sendo uma elaboração histórica, culturalmente construída, tornando-se evidente a necessidade de repensar as perspectivas até então utilizadas, muitas delas permeadas por uma visão parcial, masculina, que acoberta uma relação de dominação e poder, com o privilégio de determinados sujeitos em detrimento de outros. A historiadora Guacira Lopes Louro nos fala que as teorias de gênero contribuíram para que os estudos feministas revelassem que,

“embora as categorias modernas e valores do Iluminismo tais como direitos, igualdade, liberdade, democracia inicialmente tenham instruído muitos dos movimentos feministas de emancipação, o discurso humanista da teoria moderna, juntamente com suas noções de Sujeito e Identidade intrinsecamente essencialistas, fundacionalistas e universalistas, tendeu a apagar as especificidades (de gênero, de classe, de raça, de etnia e de orientação sexual, etc.) dos diferentes sujeitos que ocupavam outras fronteiras políticas que aquelas do homem branco, heterossexual e detentor de propriedades.” (LOURO, 1999)

Não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos, ponto de partida para o desenvolvimento de aspectos fundamentais do pensamento, como por exemplo, à oposição binária sexo-gênero, as noções “essenciais” de homem e de mulher, o caráter heteronormativo dos discursos tradicionais sobre a sexualidade. Em entrevista ao site Terra Magazine (13 de fevereiro de 2009) a vereadora Leo Kret do Brasil disse:

“A gente brinca com essa questão do povo. Mas, na realidade, nós somos transgêneros. Temos identidade feminina. E se a gente vai pegar as definições coletadas pelo coletivo de travestis transexuais, vai perceber que a definição de "travesti" é se transformar em alguns momentos. E a minha identidade feminina é diária. Eu durmo e acordo uma mulher. Ainda não operada, ainda não transgenitalizada. Mas eu acordo uma mulher. Se formos usar uma definição mais específica, eu seria uma transexual.”

Sob a luz do debate do campo da participação política das mulheres busco desvelar as construções sobre a existência das mulheres, não como um amontoado de pessoas biologicamente similares, seguida por uma análise que atribuía a opressão das mulheres e sua falta de visibilidade histórica à tendenciosidade masculina, mas como identidade passível de mobilização política no contexto de transformações da sociedade brasileira. Ao criar novas percepções sociais do que significava ser um homem ou ser uma mulher e fugirmos da perspectiva do discurso essencial, da oposição binária macho versus fêmea, contribuímos para pensar e analisar as presenças e sentidos do passado.

Os impactos da presença de Leo Kret do Brasil na Câmara de Vereadores

Alecsandro de Souza Santos - Leo Kret do Brasil nasceu em 09 de dezembro de 1983, em Salvador, Bahia. Em 18 de novembro de 2009, ganhou na Justiça o direito de usar o nome Leo Kret do Brasil. A primeira infância foi vivida em Areia Branca, no município de Lauro de Freitas/Bahia. Há 16 anos, os pais vieram morar na capital, no bairro de Pernambués, com os outros cinco irmãos da vereadora. Em entrevista a Terra Magazine (2008), diz ao jornalista Claudio Leal que, “Leo Kret surgiu nos finais de linha, nos bairros, nas populações carentes ou, como dizem aqui na Bahia, nos guetos de Salvador. Dançando com aquelas bandinhas - não pejorativamente, claro -, muitas delas de garagem, e desabrochou. Leo Kret dançando contra toda uma onda de preconceito e discriminação”.

Entrevistada pelo professor Leandro Colling da UFRB - site Grupo Gay da Bahia - GGB (13 de fevereiro de 2009) e questionada sobre sua sexualidade responde: “o que posso dizer é que durmo e acordo como uma mulher”. Trazer a vereadora Leo Kret do Brasil para uma

pesquisa que se propõe a analisar a participação política das mulheres no poder legislativo municipal é assegurar o domínio do político.

A linguagem é o campo mais eficaz e persistente onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades. Ela institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento daqueles não fazem parte no grupo dominante, mas também, pelas diferenciações que são atribuídas aos sujeitos, pelas analogias feitas entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos e as sexualidades, gêneros, raças, etc.

Alguns setores da sociedade, a exemplo da mídia, se manifestam de forma hostil a eleição da primeira vereadora transgênero da Bahia. A discriminação direcionada a vereadora em diversas publicações coletadas neste período nos permite observar os pontos de vista que reforçavam os estereótipos que refletem na “inferioridade natural” deste sujeito.

Leandro Colling, coordenador do grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade – UFRB, por exemplo, fazendo um paralelo entre as paradas gays e resultado das eleições, relata que:

A rigor, Marcelo Cerqueira, apesar de ser um dos organizadores das paradas da cidade, nunca incorporou essa dimensão da política em suas campanhas eleitorais. [...] a campanha de Marcelo se rendeu às forças da heteronormatividade, tentou parecer igual aos heterossexuais para conquistar mais votos. Não deu certo. A de Leo Kret fez o contrário. Ela usa e abusa do seu corpo estranho, do seu trânsito entre os gêneros, ela quebra as noções binárias de sexo e gênero. [...] O problema, dizem alguns críticos, é que ela não tem postura, discurso e estratégia política capaz de se tornar respeitada e de combater a homofobia. Vai manter a representação caricata dos homossexuais, dizem outros. Será? E por que os gays caricatos, afeminados e fechativos não podem estar na Câmara de Vereadores?”

A meu ver, estes questionamentos trazidos por Colling tornam evidentes o intuito de diversos setores de desqualificar a representação política, reflexos inclusive de discursos construídos ao longo da história pelo grupo heterossexual hegemônico, que têm negado a possibilidade de sujeitos tidos como subalternos criarem as suas próprias estratégias de enfrentamento a ordem dominante de exclusão.

No Bahia de Fato (08 de outubro de 2008) a vereadora reeleita e presidente do PT municipal de Salvador, Vânia Galvão fala a respeito da eleição de Leo Kret dizendo que,

“ela passa a ser a nova vereadora da capital e não o vereador homem. A rejeição à sexualidade de Leo Kret é resultante da discriminação que os homossexuais sofrem na sociedade. “É importante que ela se coloque como cidadã para garantir o direito de ter sua escolha respeitada” afirma Vânia Galvão, que sempre lutou pela criação da frente parlamentar em defesa dos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). ”

O engajamento da vereadora Leo Kret esta associado ao mundo artístico. Ao longo de sua vida não há sinais de ativismos em grupos de movimentos sociais, muito menos de partidos políticos, seja ele de direita ou esquerda, porém sua luta se deu em assumir a identidade feminina a partir dos quinze anos, quando foi apelidada de Leo Kret numa brincadeira de escola, devido à

sua dança sensual, que se assemelha a luta das mulheres para terem autonomia sobre os seus próprios corpos. Desde que assumiu sua identidade feminina, passou a sentir-se constrangida ao ser chamada de Alecsandro, seu nome de batismo. “... esta é uma grande vitória e evolução, não só para mim, mas para milhares de travestis e transexuais que vivem constrangidas e excluídas de diversos meios devido a esta questão”. Diz Leo Kret ao conseguir garantir na justiça o direito de mudar de nome. Para o Juiz Nelson Carneiro, “a inserção social da transexual que ‘sofre rejeição’, [...] ‘é inerente à liberdade da pessoa e à sua dignidade’”.

Por essas e outras questões é tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre estes os sujeitos, é perceber o não-dito, aquilo que é silenciado, a exemplo do ocultamento ou a negação dos/as homossexuais e da homossexualidade das práticas e discussões das instituições, como sujeitos protagonistas do processo. A linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares como também os institui. Ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças.

De acordo com Suely Gomes Costas (2004), comentado o artigo de Michele Perrot, as dicotomias precisam ser revistas e superada para que as transgressões femininas possam ganhar destaque, a ponto de melhor situar as discussões sobre relações de gênero em contextos locais, históricos, culturais e sociais e agregar as experiências das mulheres em sua diversidade. Trazer para a cena as raízes, os perfis sociais, econômicos, raciais, culturais, geracionais, educacionais e político dessas mulheres. Os feminismos representam diferentes lutas, falam de experiências subjetivas historicamente construídas de diferentes mulheres. Pensar os feminismos sob esta ótica, permite a existência da diferença e a coalizão para enfrentamentos mais amplos como nos sugeri Carla Bassanezi Pinski (2009), é pensar a diferença (em termos de pluralidade e diversidade, em vez de unidade e universalidade).

Fechamentos provisórios para um debate em andamento

As reflexões trazidas nesta pesquisa oferecem ao leitor elementos para a constituição de uma imagem menos simplista acerca desta personagem - mulher - que se considera negra, sendo pobre, transgênero, sem filhos, dançarina, nascida em bairro popular de Salvador, que possui como escolaridade o ensino médio. Destaco o fato de este sujeito, mesmo tendo se constituído em uma figura bastante emblemática da capital baiana desde a sua diplomação, apresenta dificuldades para constituir este *status*, o de sujeito social da ciência. A esse respeito assim se posiciona Rago:

“como diria Paul Veyne, o que deve ser privilegiado pelo historiador passa a ser dado pela temática que ele recorta e constrói, e não por um consenso teórico exterior à problemática, como acontecia antes quando se trabalhava com o conceito de modo de produção, por exemplo, ou ainda, quando a preocupação maior com o passado advinha de suas possibilidades em dar respostas à busca da Revolução. A realidade já não cede à teoria.” (RAGO, 1998)

Nunca se pretendeu, obviamente, esgotar as possibilidades de abordagem sobre esta figura “simbólica”. Entretanto, a partir da necessidade de se explicar a crescente importância da dimensão cultural nos sistemas que dão significado às subjetividades, abrem-se portas para uma compreensão maior sobre questões que ainda não foram superadas pela teoria feminista que, pressionada pelos estudos de gênero, vem tomando novo fôlego, com uma maior compreensão das realidades empíricas diversas, nas quais o sistema sexo/gênero operacionaliza relações de poder.

Portanto, radicalizar a rejeição a heteronormatividade, sair do referencial androcêntrico, recusar a idéia das identidades humanas fixas, a noção do sujeito social como universal e tantos outros fundamentos exaltados pela ciência moderna, predominantes nas ciências sociais e política, é fazer o sujeito do feminismo tornar-se, irrepresentável para este sistema que institui o binarismo homem e mulher. É reafirmar que:

[...] O sujeito do feminismo [...] é um sujeito cuja definição ou concepção se encontra em andamento, neste e em outros textos críticos feministas [...] é uma construção teórica (uma forma de conceituar, de entender, de explicar certos processos e não as mulheres. (Teresa de Lauretis p.137)

Hoje sabemos das nossas diferenças e não negamos mais as diferenças entre nós, mulheres, embora estas ainda sejam pontos de muitos debates. Abrindo a teoria feminista para estudos nesta direção, estamos aprendendo a ouvir a fala das mulheres simples, tomadas pelas teorias como “mulheres subalternas” – negras, operárias, homossexuais, etc, que, nas raras ocasiões em que conseguem adentrar nos espaços de representação do poder, levam consigo os estereótipos, papéis sociais que reafirmam esta subalternidade.

A proposta de abertura de inúmeras perspectivas têm sido dos mais criativos e instigantes movimentos feitos no âmbito desta teoria. Assim, a crítica feminista, fundada no pensamento de Carole Pateman (1992), aponta para uma ferida aberta, a contradição fundamental do discurso democrático liberal, que encobre as exclusões e que concebe a cidadania como uma categoria constitutiva do liberalismo patriarcal reservada apenas para alguns sujeitos: aquilo que um “cidadão” é, é aquilo que faz e a arena onde atua, partindo do princípio androcêntrico, em que tudo foi construído à imagem masculina e que às mulheres é reservado apenas o espaço como a “outra”. Pensar os feminismos sob esta ótica desponta a possibilidade de coalizão entre as mulheres para estes enfrentamentos de caráter mais amplos.

Há muito que se chamar atenção para o estudo sobre a presença das mulheres nos espaços de decisão e políticos, o que se justifica e é, sem sombra de dúvida, um elemento transformador sob diversas óticas, não apenas – como se costuma freqüentemente dizer – por uma questão quantitativa (as mulheres são a metade da população) ou por questões essencialistas (“porque

cuidam bem dos outros”), mas, sobretudo, por um motivo: os próprios interesses das mulheres, visto que os valores predominantes da família patriarcal, limitam as mulheres direitos como o de sujeitos na história, acesso e controle do seu corpo, do produto do seu trabalho, e, até mesmo, o exercício do poder. A análise das diferenças de gênero, portanto, nos ajudar na compreensão e identificação das diferenças e hierarquias existentes entre os sexos, que se criam e reproduzem através de uma teia de relações de poder.

Referências bibliográficas:

- BORTOLINI, A. (Coord.). Diversidade Sexual na Escola. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Suely Gomes. “Movimentos Feministas, Feminismos”. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. especial, Dec. 2004.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v.10, n.1, 2002.
- hooks, bell. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras (obra colectiva). Madrid: Traficantes de sueños, 2004.
- MALUF, Marina. Ruídos de Memória. São Paulo : Siciliano, 1995.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In. Revista Brasileira de História. São Paulo, V.9, Nº 18, 09-18 agosto/setembro 1989.
- PINSKY, Carla Bassanezi Estudos de Gênero e História Social. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009
- RAGO, Margareth - “Adeus ao Feminismo?”. Cadernos do AEL, 1996; “O Gênero como Categoria do Pós-Estruturalismo” in Lucila Scavone; “A subjetividade feminina entre o desejo e a norma”, Revista Brasileira de História; “Epistemologia Feminista, Gênero e História”, 1997, in Joana Pedro e Miriam Grossi – Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.
- SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma Categoria Útil para a Análise Histórica”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez., 1990.
- SCOTT, Joan Wallach. El problema de La invisibilidad. In. ESCANDÓN, C.R. (org). Género e História. México: Instituto Mora/UAM. 1992.
- WITTIG, Monique. O pensamento hetero. Palestra conferida em 1978, publicada em 1980 http://www.geocities.com/girl_ilga/textos/pensamentohetero.htm

ZIMMERMANN, Tânia Regina e MEDEIROS, Márcia Maria. Biografia e Gênero: repensando o feminino. In. Revista de História Regional 9(1): 31-44, Verão 2004. <http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path%5B%5D=227&path%5B%5D=180>.